



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

AUTOGRAFO DE LEI ORDINÁRIA Nº 020/2022

De 29 de março de 2022.

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.067/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ELIZEU FRANCISCO DE OLIVEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou o seguinte Projeto de Lei Ordinária:

Art. 1º. Inclui o parágrafo único ao art. 3º da lei 1.067/2015, passando a ter a seguinte redação.

Art. 3º. (...)

Parágrafo Único. Em caso de vacância do cargo de conselheiro tutelar e não havendo suplente para sua substituição deverá ser iniciado no prazo de 30 (trinta) dias o procedimento de eleição suplementar.

Art. 2º. Altera o caput e o §1º do art. 8º e inclui os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 8º da Lei 1.067/2015, passando a ter a seguinte redação:

Art. 8º. Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, o mandato do Conselheiro Tutelar é de 04 (quatro) anos, **permitida recondução por novos processos de escolha**, sendo vedadas medidas de qualquer natureza que abrevie ou prorogue esse período.

§ 1º É permitida ao Conselheiro Tutelar, a reeleição em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade.

(...)



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

§ 4º. No caso de vacância de membro titular do cargo de conselheiro tutelar e não havendo suplente para assumir o cargo, deverá ser iniciado procedimento para eleição suplementar no prazo de 30 (trinta) dias a partir da abertura da vaga nos termos do §1º do art. 6º desta lei.

§5º. A Eleição Suplementar deverá ser regida por resolução própria editada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, devendo ser publicado edital do processo de escolha com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência da data para a votação.

§6º. O prazo entre a vacância do cargo de conselheiro tutelar titular e a eleição não deve ultrapassar o prazo de 90 (noventa dias).

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos 29 dias do mês de março de 2022.


Aelton Antonio Figueiredo
1º Secretário


Elizeu Francisco de Oliveira
Presidente



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60
JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa cumprir o que prevê o art. 132 da lei 8.069/1990 que foi alterado pela Lei 13.824/2019 quanto a possibilidade de reeleição dos conselheiros tutelares.

A Lei 13.824, de 2019, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para permitir a reeleição de conselheiros tutelares para vários mandatos. Antes da nova lei, o ECA permitia essa recondução por apenas uma vez.

O conselho tutelar é previsto no ECA — Lei 8.069/1990 — como órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. São cinco os conselheiros, escolhidos pela população por meio de eleição, com mandato de quatro anos.

Está sendo proposto ainda alterações quanto a questão de eleição suplementar nas situações de vacância do cargo de conselheiro tutelar que não houver suplente para assumir o cargo, devendo ser iniciado processo de eleição suplementar para cumprir o mandato no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que entre publicação de edital e realização da eleição deverá ser respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, prazo este menor do que o previsto em eleições gerais comuns, ainda será estabelecido um prazo de no máximo 90 (noventa) dias entre a vacância do cargo e a eleição suplementar, para não ocorrer um prazo muito grande sem conselheiro tutelar para cumprir as exigências legais do cargo e atender a Lei 8.069/1990 no que se refere a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

A presente proposição se amolda dentro das competências privativas da Câmara Municipal de vereadores prevista no parágrafo único, inciso III, do art. 30 da Lei Orgânica. Esse projeto além de respeitar a Lei Orgânica e a Constituição objetiva proteger as crianças e adolescente, bem como adequar a legislação atual quanto aos conselheiros tutelares de acordo com as alterações legislativas da lei 8.069/1990. Por isso a colaboração de todos os vereadores para aprovação desse projeto de lei é de extrema importância.